

**ATA DA 385ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 25 e 26/06/2012.**

1
2
3
4 Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de junho fevereiro do ano de dois mil e
5 doze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-
6 se na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de
7 Brasília-DF. Compareceram: Herbert José de Almeida Carneiro (Presidente do
8 Conselho), Vitore André Zílio Maximiano (1º Vice Presidente), Alvino Augusto de Sá,
9 Davi de Paiva Costa Tangerino, Luiz Guilherme Mendes Paiva, Marden Marques Soares
10 Filho, Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, Pedro
11 Sérgio dos Santos, Rodrigo Duque Estrada, Augusto Eduardo de Souza Rossini e
12 Suzzan Flávia Cordeiro Lima. Estiveram presentes os seguintes participantes externos
13 ao Conselho: José de Ribamar de Araújo, Almir Laureano, Geraldo Wanderley,
14 Fernando B., Valdirene Daufemback, Leandro Zacaro Garcia, Thiago Garcia dos Santos,
15 José Roberto Neves, Gisela Maria Bester, Marcelo Schmidt, Cássio Arantes do
16 Nascimento e Luiz Fabricio Vieira Neto. Justificaram suas ausências os Conselheiros
17 Alamiro Velludo Salvador Netto, José Laurindo de Souza e Fabiana Costa de Oliveira
18 Barreto. Prestaram apoio logístico Jussara Isaac Ribeiro, Kizio Makicelio, Jefferson
19 Alves e Rafael Costa. O Presidente do CNPCP Herbert Carneiro iniciou a reunião
20 saudando a todos os presentes. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Fernando
21 que apresentou parecer sobre o Projeto de Lei nº 7.317/2010 que acrescenta o art. 24 à
22 Lei n. 7.210 (Lei de Execuções Penais) e dá outras providências. Parecer pela rejeição.
23 Parecer Aprovado pelo colegiado. Em seguida apresentou o parecer sobre o PL n.
24 7251/2006 que altera o art. 63 e parágrafo único da Lei n. 7.210 (Lei de Execuções
25 Penais) aumentando para 18 (dezoito) o número de conselheiros do CNPCP e para
26 (três) anos a duração de seu mandato. Parecer pela rejeição e arquivamento com a
27 sugestão da criação de comissão específica para apresentação de nova proposta
28 legislativa, convergente com discussões já ocorridas no Conselho, em prazo exíguo, a
29 ser encaminhada a douta apreciação do Ministro de Estado da Justiça. Parecer
30 aprovado pelo colegiado. O Conselheiro Milton Jordão apresentou parecer sobre o
31 processo MJ n. 08001. 010607/2008-65 versando sobre sugestão do direito da criança à
32 amamentação. Pela rejeição com a sugestão de encaminhamento de Minuta de Decreto
33 a Secretaria de Assuntos Legislativos tratando sobre o tema. Em seguida o Conselheiro
34 Milton relatou sobre consulta ao Ministério da Justiça feita pelo vereador da Câmara
35 Municipal de Barretos pedindo ao Ministério da Justiça a criação de Projeto de Lei que

36 retire da Lei de Execuções Penais o art. 122 que trata das saídas temporárias. Parecer
37 pela rejeição. Parecer aprovado pelo Colegiado. O Conselheiro Tangerino apresentou
38 parecer sobre o Projeto de Lei n. 1.161 que dispõe sobre o direito das mulheres
39 encarceradas e seus filhos apresentando modificações no Estatuto da Criança e do
40 Adolescente. Parecer pela aprovação com a sugestão de encaminhamento do Projeto
41 de Lei ao Congresso Nacional e ao CONANDA para conhecimento e manifestação.
42 Parecer aprovado pelo Colegiado. O Conselheiro Fernando apresentou parecer sobre a
43 solicitação do Grupo de Trabalhos Mulheres Encarceradas pela alteração da natureza
44 penal nos crimes de patrimônio. Pelo arquivamento. Parecer aprovado. A Conselheira
45 Gisela apresentou parecer sobre a sugestão de um pro reitor de assuntos comunitários
46 da Universidade Estadual da Bahia solicitando a inserção de Instituições de Ensino
47 Superior na formulação e implementação da Política Penitenciária. Parecer pela Criação
48 de Comissão do CNPCP para tratar detalhadamente sobre o tema. Parecer aprovado. O
49 Conselheiro Marden falou sobre o Projeto de Lei de Medida de Segurança, informando
50 que o grupo de trabalho do qual faz parte, após vários debates, realizou modificações no
51 texto original, momento no qual submeteu o novo texto para apreciação do CNPCP.
52 Após os debates entre os Conselheiros o novo texto do referido Projeto de Lei foi
53 aprovado, à unanimidade, pelo Colegiado com a determinação do Presidente do
54 Conselho de que o mesmo seja encaminhado a Secretaria de Assuntos Legislativos
55 para providências. O Conselheiro Rodrigo apresentou o parecer sobre o Projeto de Lei
56 da Câmara n. 6561/2009 que acrescenta o artigo 310-a do Código Penal criando o tipo
57 penal de falsidade de curriculum pessoal. Parecer pela rejeição e aprovado pelo
58 colegiado. Comunicações e Proposições. O Conselheiro Alvino informou que esteve em
59 reunião no IBCCRIM juntamente com a senhora Débora Diniz e que a mesma
60 encaminhará ao CNPCP um pedido de pauta na próxima reunião do Conselho para a
61 apresentação do resultado da pesquisa que realizou sobre Instituições de cumprimento
62 de Medida de Segurança no Brasil. O Presidente comunicou que participou de reunião
63 no CONASP, momento de grande importância pela oportunidade que teve de esclarecer
64 aos conselheiros do CONASP sobre algumas ações do CNPCP e que naquela ocasião
65 recebeu um pleito do Sindicato dos Agentes Penitenciários para que o Conselho se
66 debruce novamente sobre o parecer do Conselheiro Marcos Rolin referente à PEC 318
67 que trata da criação da polícia penitenciária. Informou que participou de evento em São
68 Paulo a convite da doutora Lúcia Pelluzo onde foi realizado evento nominado de
69 Jurimetria no qual a pauta tratava do sistema penitenciário onde estavam à mesa
70 diversas autoridades debatendo sobre o tema. Informou que encaminhou ao Gabinete

71 do Ministro organograma de previsão de gastos do CNPCP para o exercício de 2012,
72 ressaltando a importância da liberação dos recursos financeiros pelos setores
73 competentes do MJ para a realização dos eventos previstos pelo Conselho. Informou
74 que recebeu do Doutor Mauricio Kuenhe um vídeo onde um acusado de estupro no
75 Estado da Bahia foi claramente usado como motivo de chacota e humilhação durante
76 uma entrevista com jornalista da TV Bandeirantes, momento no qual repassa o material
77 aos demais conselheiros para conhecimento e manifestação. Disse ainda que recebeu
78 um convite do Doutor Rossini para participar do II Encontro Regional de Escolas de
79 Gestão Penitenciária nos dias 25 a 27/06/2012 , nesta cidade. O Conselheiro Marden
80 informou que está realizando levantamento das resoluções antigas e bem como a
81 elaboração de uma resolução sobre o prazo de Prisão Domiciliar para mulheres
82 gestantes. O Doutor Herbert solicitou à secretaria do Conselho inclua o assunto na
83 pauta da próxima reunião do Conselho tendo em vista a relevância do tema a ser
84 abordado. A Conselheira Suzzan informou que a Minuta do Regulamento do Concurso
85 de Monografias do CNPCP do ano 2012 encontra-se concluída e será apresentada ao
86 Colegiado em momento oportuno para análise, aprovação e divulgação no Diário Oficial
87 da União. Informou que encaminhou ofício para Eletrobrás solicitando a regulamentação
88 do RTQ (Verificar a palavra correta – Fita inaudível) para presídios, tendo em vista que
89 aquele órgão possui somente a regulamentação para edifícios comerciais e residenciais
90 e que o Conselho ainda não obteve resposta, embora saiba não oficialmente que a
91 Eletrobrás não tem interesse no que se refere a regulamentação do RTQ de presídios
92 neste momento. A Conselheira disse também que ocorrerá no Estado de Alagoas no dia
93 27/06/12 o lançamento do Plano Nacional Piloto de Segurança Pública a ser testado em
94 Alagoas, contando com a presença do Ministro da Justiça. Informou que houve um
95 recurso aprovado para a construção da penitenciária de Arapiraca-AL com a presença
96 do Conselheiro Rossini, mas que posteriormente obteve informações de que o Estado
97 estaria tentando redirecionar os recursos para o aluguel de celas. O Conselheiro Milton
98 Jordão informou que Escola de Magistrados do Estado de Pernambuco está
99 organizando um Seminário sobre Execução Penal, contando com a participação de
100 renomados estudiosos do tema, inclusive com a presença do conselheiro Alvino. Disse
101 que o Minisstro Eduardo está exercendo a presidência do Mercosul, momento no qual
102 ressaltou que entende como momento oportuno para o início de discussões entre o
103 Brasil e outras nações sobre diversos temas, como por exemplo, a descriminalização do
104 uso da maconha e tratamento penal. O Conselheiro falou que no que se refere a
105 entrevista realizada no Estado da Bahia pela jornalista que constrangeu o preso

106 acusado de estupro, a mesma foi demitida da TV BAND e a OAB está se movimentando
107 no sentido da responsabilização dos autores dos fatos ocorridos. O Conselheiro
108 Fernando disse que foi procurado pelo coordenador da área criminal e pelo Procurador
109 da Escola do Ministério Público de Goiás para a realização de um curso à distância
110 sobre execução penal a ser oferecido aos promotores e coordenadores do Ministério
111 Público. Disse que ficou responsável pela formatação e escolha dos professores que
112 participarão do referido curso, momento no qual convidou os membros do CNPCP a
113 participarem. Falou ainda que repudia a atitude da jornalista da TV Bandeirantes que
114 usou da figura do preso para se promover, o que evidencia desrespeito aos direitos da
115 pessoa presa. O Conselheiro Alvino falou sobre a importância das saídas temporárias
116 para a volta gradativa da pessoa presa ao convívio social. A Conselheira Ivonete falou
117 que fez viagem particular a cidade de Vitória/ES e compartilha com todos a experiência
118 que teve ao visitar o presídio feminino de Vitória, onde verificou a questão da segurança
119 entre outras e percebeu tratar-se de uma experiência com êxito. O Presidente disse que
120 também conhece a Unidade Prisional Feminina de Vitória e concorda com a Conselheira
121 Ivonete quanto à melhoria das condições gerais do sistema prisional do Espírito Santo.
122 O Conselheiro Tangerino noticiou que o Instituto ‘Sou da Paz’ realizou pesquisa sobre
123 presos temporários sistema prisional de São Paulo e apresentou aos conselheiros o
124 resultado da pesquisa. O Conselheiro Luiz Guilherme disse que participou de reunião,
125 representando, na qual o DEPEN apresentou o Plano Penitenciário para a Secretaria
126 Nacional de Segurança Pública. Entretanto, entende que o plano deveria ter sido
127 primeiramente apresentado ao CNPCP para conhecimento e análise, momento no qual
128 solicitou ao Presidente que convide o DEPEN a realizar a apresentação do Plano no
129 Conselho até por um questão de legalidade. O Conselheiro Pedro Sérgio disse da
130 necessidade da realização da Audiência Pública no Estado de Pernambuco para a
131 apresentação do relatório de inspeção nos presídios que foram visitados pelo CNPCP,
132 sugerindo que o evento seja realizado no mês de julho de 2012. Falou também sobre a
133 necessidade de que o CNPCP realize visita de inspeção prisional no Estado do Rio
134 Grande do Norte, tendo em vista o recebimento de ofício do Procurador da República
135 informando que no mês de março de 2012, o Conselho Penitenciário do Estado do Rio
136 Grande do Norte foi impedido de realizar inspeção no Presídio de Alcaçuz, fato que
137 entende ser de extrema gravidade. O Presidente disse que assim que os recursos
138 financeiros forem disponibilizados pelo DEPEN as solicitações apresentadas pelo
139 conselheiro Pedro serão prioritariamente atendidas. A Conselheira Gisela falou sobre a
140 inspeção realizada por ela e o Conselheiro Alvino no Estado de Alagoas, dizendo que a

141 situação é muito grave e entende ser urgente a realização de inspeção naquele Estado
142 ainda no mês de julho do corrente ano. A Conselheira solicitou, também, uma visita de
143 inspeção no Estado do Tocantins, com brevidade, devido aos sérios problemas
144 existentes nas Unidades Prisionais daquele Estado. O Conselheiro Marden informou
145 que esteve nos Estados Unidos conhecendo sobre a saúde prisional norte americana e
146 que tem o desejo de compartilhar os relatórios da viagem com os demais conselheiros.
147 A Conselheira Gisela informou que o Relatório do Acre encontra-se atualizado com a
148 inclusão do Relato da Audiência Pública realizada naquele Estado. Informou ainda que,
149 juntamente com a Conselheira Ivonete, realizou inspeção em Unidades Prisionais do
150 Estado da Paraíba, bem como Audiência Pública, inclusive, com a presença da
151 Ouvidora Geral do DEPEN e representantes da Secretaria de Direitos Humanos da
152 Presidência Pública. Em seguida as conselheiras Gisela e Ivonete apresentaram o
153 relatório de inspeção prisional no Estado da Paraíba. A Ouvidora Valdirene falou sobre a
154 rebelião ocorrida no PB1 e PB2, destacando as reivindicações apresentadas pelos
155 presos antes do motim. Disse que há notícia de que alguns defensores públicos do
156 Estado da Paraíba estariam cobrando para prestarem assistência jurídica aos presos,
157 fato de extrema gravidade e que merece apuração. O Conselheiro Rossini informou que
158 recebeu, em seu gabinete, o Juiz de Direito Dr. Carlos - Titular da Vara de Execuções
159 Criminais da Comarca de João Pessoa, para tratar de assuntos referentes ao sistema
160 penitenciário daquele Estado e que o mesmo foi designado como articulador da
161 presença do Conselho Nacional de Justiça no Estado da Paraíba, momento no qual
162 registrou sua satisfação em poder contar com sua participação na presente reunião. Em
163 seguida o conselheiro Rossini teceu considerações à respeito dos projetos e convênios
164 celebrados entre o DEPEN e o Governo do Estado da Paraíba, apresentando a atual
165 situação dos mesmos. Solicitou que todos os relatórios de inspeções realizadas pelo
166 CNPCP no Estado da Paraíba sejam encaminhados a CONASP para conhecimento.
167 Após as considerações dos Conselheiros o Presidente do CNPCP aprovou o Relatório
168 de Inspeção. Os Conselheiros Milton e Fernando apresentaram o relatório de inspeção
169 no Estado do Rio Grande do Sul realizada nos dias 21 e 22/05/2012, juntamente com a
170 Ouvidora Geral do DEPEN, Dra. Deise da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e
171 várias autoridades locais. Após as recomendações apresentadas pelos Conselheiros o
172 Presidente do Conselho aprovou o relatório com expedições de ofícios as autoridades
173 competentes para conhecimento e adoção das medidas de urgência e informá-las ao
174 CNPCP no prazo de 90 dias. O Presidente do Conselho solicitou informações ao
175 Conselheiro Rossini sobre o fato do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional

176 ter sido apresentado pelo DEPEN ao CONASP sem conhecimento e colaboração do
177 CNPCP. Solicitou, ainda, informações sobre os recursos financeiros existentes no
178 DEPEN e que são destinados ao Conselho para a realização das inspeções prisionais
179 no ano de 2012. O Conselheiro Rossini apresentou as informações disponíveis naquele
180 momento e disse que fará o levantamento de todas as informações técnicas sobre o
181 Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e que as mesmas serão
182 apresentadas ao CNPCP na pauta da próxima reunião, momento no qual ressaltou que
183 o referido programa originou-se na Presidência da República e teve a participação direta
184 do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça. O Conselheiro Rossini, por meio de seu
185 assessor o Dr. Cássio, disse que os recursos financeiros destinados ao CNPCP para a
186 realização das atividades de inspeção, reuniões e audiências públicas encontram-se em
187 fase de ampliação e serão disponibilizadas em tempo. O Conselheiro Rossini alertou
188 aos membros do Conselho da importância de se manter a Resolução de Arquitetura
189 Prisional com as orientações da área técnica do DEPEN, tendo em vista que os
190 recursos a serem destinados aos Estados devem ter prazo para serem empenhados. O
191 Doutor Luiz Fabricio informou que os Estados apresentaram ao DEPEN diversas
192 solicitações acerca de possíveis adequações na Resolução de Arquitetura Prisional,
193 momento no qual entende ser necessário um posicionamento oficial do CNPCP sobre o
194 assunto, momento no qual o Presidente do Conselho se disponibilizou imediatamente. O
195 Presidente do CNPCP informou ao Conselheiro Rossini a aprovação, pelo CNPCP, do
196 Projeto de Alteração do Código Penal, especificamente no que se refere às Medidas de
197 Segurança, aprovação da resolução sobre o tratamento do lixo nos estabelecimentos
198 prisionais e da resolução para estabelecer o custo do preso. A Dra. Valdirene
199 apresentou ao Colegiado a proposta de Ação de Inspeções Para o Ano de 2012
200 elaborado pela Ouvidoria-Geral do DEPEN e CNPCP. A Conselheira Ivonete sugeriu
201 que seja criado um manual de apresentação do CNPCP para os novos conselheiros.
202 Ainda com a palavra a conselheira Ivonete disse entender necessária verificação da
203 rotina das penitenciárias antes da realização das inspeções, com vistas a resguardar
204 aos presos o direito ao dia da visita íntima, por exemplo. O Conselheiro Vittore sugeriu
205 que o site do CNPCP seja atualizado e reformatado, sendo que os relatórios de
206 inspeções sejam apresentados de forma didática, cronológica e com tabela por Estado.
207 O Conselheiro Rossini ressaltou a importância da efetividade das inspeções realizadas,
208 entendendo ser necessária a transformação dos Conselhos da Comunidade em
209 Pessoas Jurídicas, além do envolvimento de vários atores, como por exemplo, a
210 Secretaria Nacional de Direitos Humanos e que os conselheiros tenham em mãos

211 relatórios realizados pelos Órgãos de Execução do Estado a ser visitado. O Conselheiro
212 Rossini disse que entende ser cautelosa e necessária a comunicação das visitas de
213 inspeções aos Diretores das Unidades Prisionais, com vistas ao respeito a rotina dos
214 presos e das unidades a serem visitadas. Em seguida, o conselheiro apresentou o
215 relatório da viagem à Genebra e comunicou que enviará todo o material produzido aos
216 membros do Conselho, para conhecimento. O Presidente do CNPCP agradeceu aos
217 Conselheiros Fernando e Gisela pelos relevantes serviços prestados ao Conselho,
218 durante o mandato como membros deste Colegiado. Houve a manifestação dos
219 membros do Conselho em elogios aos trabalhos realizados no CNPCP pelos
220 Conselheiros que deixam o Conselho – Dr. Fernando e Dra. Gisela. Em seguida,
221 procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: Em seguida,
222 procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo
223 CNPCP/MJ nº 08037.000528/2012-15 Assunto: Relatório de inspeção prisional do
224 Estado do Piauí feito pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nos
225 dias 02 e 03 de abril do corrente ano. Parecer do Conselheiro Vitore Maximiano pede:
226 Que seja oficiado ao Poder Executivo para providências; à Secretaria de Justiça do
227 Estado para providências; Ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria
228 Pública e à OAB/Seção Piauí, todos para providências que julgarem pertinente; Ao
229 Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público do Estado
230 para providências que julgarem pertinente; Ao Instituto Transdisciplinar de Estudos
231 Criminais – ITEC para conhecimento; e ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais –
232 IBCCRIM, para conhecimento. Aprovado, à unanimidade. 2) Processo CNPCP/MJ nº
233 08037.000054/2010-40 Assunto: alteração legislativa a fim de que a natureza da ação
234 penal nos crimes contra o patrimônio fosse modificada de incondicionada para
235 condicionada à representação. Parecer do Conselheiro Fernando Viggiano pede: Que
236 seja arquivado os autos, tendo em vista que a atual legislação, Lei 12.403/2011,
237 referente as novas cautelares, subsidiam o magistrado quanto aos novos procedimentos
238 diferentes da custódia do preso. Aprovado, à unanimidade. 3) Processo CNPCP/MJ nº
239 08001.010607/2008-65 Assunto: Encaminha, para conhecimento e análise, cópia do
240 ofício nº 3.664/2008-PDIJ, de 10/09/2008, do promotor de justiça do ministério público
241 do Distrito Federal e Territórios Oto de quadros, em que apresente sugestão de
242 regulamento do direito da criança a amamentação. Parecer do Conselheiro Milton
243 Jordão pede: pela rejeição do projeto, tendo em vista que o objeto dos autos encontra-
244 se contemplada pela recente alteração promovida pela Lei de Execução Penal e pela
245 Lei nº 11.942/2009, bem como pela Resolução nº 04/2009 deste CNPCP. Encaminhado

246 a SAL para providências. Aprovado, à unanimidade. 4) Processo CNPCP/MJ nº
247 08001.007755/2010-17 Assunto: PL 6561/2009 que Acresce o artigo ao Decreto-Lei nº
248 2.848/1940 – Código Penal. Parecer do Conselheiro Rodrigo Roig pede: pela a rejeição
249 do projeto, uma vez que o mesmo mostra-se desnecessário e inoportuno para
250 dissuasão da prática relatada. Encaminhado a SAL para providências. Aprovado, à
251 unanimidade. 5) Processo CNPCP/MJ nº 08001.006489/2010-13 Assunto: PL
252 7251/2006: Altera o art. 63 e parágrafo único da Lei nº 7.210, de julho de 1984 – Lei de
253 Execução penal. Aumenta para 18 (dezoito) o número de Conselheiros do Conselho
254 Nacional de Política Criminal e Penitenciária e para 3 (três) anos a duração de seu
255 mandato. Parecer do Conselheiro Fernando Viggiano pede: pelo arquivamento dos
256 referidos autos, assim como a criação de Comissão Específica para a apresentação de
257 outra proposta legislativa. Encaminhado a SAL para providências. Aprovado, à
258 unanimidade. 6) Processo CNPCP/MJ nº 08001.007471/2011-10 Assunto: PL
259 7317/2010: acresce o art. 24-A à LEP. Parecer do Conselheiro Fernando Viggiano pede:
260 pela rejeição do projeto, tendo em vista que os Estados devem se abster de conceder a
261 gestão das unidades prisionais, sob qualquer forma, face à indelegabilidade do serviço
262 público, notadamente do poder de polícia. Encaminhado a SAL para providências.
263 Aprovado, à unanimidade. 7) Processo CNPCP/MJ nº 08000.002438/2012-86 Assunto:
264 Denúncia feita pelo Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso.
265 Parecer do Conselheiro Fernando Viggiano pede: que seja oficiada a Secretaria de
266 Estado de Justiça e Direitos Humanos para que essa se manifeste nas denúncias
267 apontadas. Aprovado, à unanimidade. 8) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000125/2010-
268 12 Assunto: Relatório de inspeção realizada por este Conselho na Cadeia Pública da
269 Cidade de Nerópolis/GO. Parecer do Conselheiro Rodrigo Roig pede: que seja oficiado
270 o Corpo de Bombeiro Militar do Estado solicitando, com urgência, inspeção na cadeia
271 pública. Aprovado, à unanimidade. O Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e
272 agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por
273 mim, Jussara Isaac Ribeiro.

274
275 **HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO**

276 **Presidente do Conselho**

277
278 *Publicado no DOU, de 31/10/2012, pagina 61 e 62 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 – nº 211*

279 Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
280 pelo código 00012012103100061

281 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
282 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

283